

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.670 - BA (2019/0296300-4)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : ALEX SANTOS BRANCACCIO (PRESO)
ADVOGADOS : GILDO LOPES PORTO JÚNIOR - BA021351
NATÁLIA BAPTISTA DE OLIVEIRA - BA061090
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por ALEX SANTOS BRANCACCIO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (*Habeas Corpus* n. 8010781-66.2018.8.05.0000).

Os autos dão conta de que o recorrente e a corré, Priscila Santos da Silva, foram denunciados pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 121, § 2º, II e IV, c/c o art. 29, ambos do Código Penal, e 244-B, § 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente (e-STJ fls. 32/34).

O Juízo da Vara do Júri e Execuções Penais da Comarca de Camaçari/BA, ao receber a denúncia, atendendo o pedido formulado pelo Ministério Público, decretou a prisão preventiva dos réus (Alex e Priscilla) – e-STJ fls. 36/40 – e, na data de 11/4/2019, indeferiu o pedido de revogação da prisão preventiva formulado por Alex (e-STJ fls. 46/47).

Posteriormente, em 29/5/2019, o Juízo de primeiro grau concedeu à Priscilla o benefício da liberdade provisória (e-STJ fl. 49).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, no qual, além de alegar que a decisão que decretou a prisão preventiva careceria de fundamentação, pleiteou a extensão do benefício concedido à corré, Priscilla. No entanto, a 2ª Câmara Criminal – 1ª Turma Julgadora – da Corte Baiana conheceu parcialmente da impetração e, nessa parte, denegou a ordem nos termos do acórdão assim ementado (e-STJ fl. 74):

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. CRIME TIPIFICADO NO ART. 121, §2º, II E IV, C/C ART. 29, AMBOS DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO. 1 - ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NO DECRETO PRISIONAL; CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. INSUFICIÊNCIA. PLEITOS JÁ ANALISADOS NA AÇÃO ANTERIORMENTE AJUIZADA E JULGADA PELO ÓRGÃO COLEGIADO. OFENSA À COISA JULGADA (HC Nº. 8027259-86.2019.8.04.0000). NÃO

Superior Tribunal de Justiça

CONHECIMENTO PARCIAL DO WRIT. 2 - DO PLEITO DE EXTENSÃO DE BENEFÍCIO DE LIBERDADE PROVISÓRIA CONCEDIDO À CORRÊ. INDEFERIMENTO. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS OBJETIVOS PREVISTOS NO ART. 580 DO CPPB. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONSTATADO. 3 - CONCLUSÃO: CONHECIMENTO PARCIAL E, NA PARTE CONHECIDA, PELA DENEGACÃO DA ORDEM.

Nas razões do presente recurso, a defesa afirma que, *"uma vez concedido a codenunciada a liberdade provisória, a motivação ensejadora da ordem liberatória deve ser aproveitada ao Recorrente, conforme dispõe o art. 580 do CPP, já que ambos se encontram em IDÊNTICA SITUAÇÃO PROCESSUAL E PESSOAL"* (e-STJ fl. 97).

Sustenta que *"o art. 580 do Código de Processo Penal, estabelece igualdade de tratamento entre corrêus que se encontram na mesma situação processual, como ocorre no caso em concreto"* (e-STJ fl. 97).

Assevera que *"O ACÓRDÃO ORA COMBATIDO, APENAS MENCIONA QUE NÃO RESTAM DEMONSTRADAS AS CIRCUNSTÂNCIAS IDÊNTICAS ENTRE AMBOS, NÃO TRAZENDO DE FORMA CONCRETA QUAIS SERIAM EXATAMENTE AS DIFERENÇAS ENTRE O PACIENTE E A CODENUNCIADA, TALVEZ JUSTAMENTE PORQUE TAIS DIFERENCIAÇÕES NÃO EXISTEM"* (e-STJ fl. 97).

Alega que *"NÃO HÁ QUALQUER EMPECILHO PROCESSUAL OU PESSOAL QUE RESTRINJA O RECORRENTE DE OBTER O BENEFÍCIO PLEITEADO, pois, além de estar previsto legalmente o seu direito, possui condições subjetivas que lhe são favoráveis, PRIMARIEDADE; RESIDÊNCIA E DOMICÍLIO FIXOS NO DISTRITO DA CULPA E VIDA FAMILIAR ESTÁVEL, NÃO OFERECENDO NENHUM RISCO À ORDEM PÚBLICA, AO ANDAMENTO REGULAR DA AÇÃO PENAL, BEM COMO, À APLICAÇÃO DA LEI PENAL, podendo, assim, responder às acusações contra si lançadas em liberdade"* (e-STJ fl. 101).

Por isso, requer, inclusive liminarmente, seja concedida a liberdade provisória ou revogada a prisão do ora recorrente (e-STJ fl. 93/102).

É, em síntese, o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator